

Breves apontamentos acerca da formação e evolução do mercado mundial das commodities¹

Leonela Guimarães²

Cláudia R. Heck³

Fernando Sarti⁴

Resumo

Este estudo explora a estrutura e a evolução do mercado mundial das commodities, destacando os principais elementos que influenciam sua dinâmica atual de oferta e demanda. Para uma abordagem tão ampla, empregamos o método histórico-estrutural permitindo elucidar pontos essenciais para discussão, apesar dos limites que essa análise enfrenta. É possível observar que muitas economias em desenvolvimento que historicamente se formaram com base na especialização na produção primária para exportação, ainda mantêm essa orientação em suas exportações. No entanto, essas economias passaram por processos de industrialização que alteraram suas estruturas produtivas, embora essa transformação não pareça ser um fator determinante para que no mínimo se observe uma mudança estrutural nas relações intersetoriais de transformação primária: a produção das commodities processadas para exportação. Não quer dizer que isso não ocorra, mas, ainda é um desafio para essas economias. Para além disso, economias desenvolvidas que tradicionalmente se apresentam como principais mercados de destino dessas exportações primárias, também emergem como importantes exportadoras de commodities. Algumas delas dependem de recursos naturais internos para produção, mas, outras utilizam importações primárias não apenas para atender à demanda doméstica, mas também para compor suas exportações de commodities. Esse movimento pode refletir uma orientação de um tipo de demanda que condiciona um tipo de oferta principalmente nas economias em desenvolvimento produtoras-naturais de commodities para o mercado externo: uma oferta baseada na ampliação da produção de commodities primárias em detrimento das commodities processadas.

Palavras-chave: Mercado mundial; Commodities; Formação e evolução.

1 Aspectos iniciais da formação do mercado mundial das commodities

O comércio intercontinental assume um papel fundamental no processo de acumulação aproximadamente entre os séculos XV-XVIII através da exploração realizada pelos estados centrais da Europa por alimentos, especiarias e metais preciosos em um formato de trocas desiguais entre

¹ Resultados gerais da pesquisa apresentada em Silva (2019).

² Professora na Faculdade de Economia da UFMT (FE-UFMT).

³ Professora na Faculdade de Economia da UFMT (FE-UFMT).

⁴ Processo no Instituto de Economia da Unicamp (IE-Unicamp).

essas áreas centrais e os territórios explorados, consubstanciado na clássica relação metrópole-colônia. A expansão marítima europeia constitui um dos principais momentos de avanço das fronteiras, em formato de dominação, no território mundial. Esse movimento constitui um dos principais processos que nortearam grandes transformações no uso do espaço mundial e consequentemente configurações de formações socioeconômicas como se dará a partir do processo de colonização.

Essa dinâmica sujeitou áreas, em especial as colônias de exploração, a um tipo de movimento central de acumulação, com um centro de poder, político e/ou econômico, estabelecido e que direcionava à acumulação com o uso dessas áreas a partir de seus interesses. Durante a expansão comercial, o papel das colônias de exploração se apresentava como o de “extensões territoriais” das metrópoles em grande medida com a funcionalidade do fornecimento de bens primários, sendo alimentos e/ou minérios.

Landes (1980) apresenta que o peso desse comércio marítimo europeu não estava atrelado diretamente as necessidades básicas da demanda da região europeia. A acumulação europeia que se origina do uso dessas “extensões territoriais” estaria atrelada, portanto, ao comércio intercontinental marítimo que se desenvolverá a partir do uso dessas áreas. É nesse cenário que se compreende o processo de formação de um excedente econômico ancorado nas trocas desiguais configura o processo inicial de desenvolvimento das estruturas produtivas das colônias de exploração com base em características como monocultura, especialização produtiva em bens primários, restrições à diversificação produtiva interna, mesmo que no âmbito primário.

Ao findar de alguns dos primeiros processos de colonização - um movimento de descolonização⁵ - entre fins do século XVIII até meados do século XIX, antigas colônias, em especial do continente americano, passaram a integrar o mercado mundial que se formava no entorno do desenvolvimento da indústria mundial centrada na economia inglesa. A participação dessas antigas colônias se daria a partir de então, de modo “livre” nesse mercado mundial em formação de acordo com uma divisão internacional do trabalho estabelecido pela principal economia desse período, a economia inglesa. Para melhor compreensão:

o controle do mercado mundial foi a especificidade do capitalismo britânico. O mercado mundial do século XIX foi uma criação britânica, que o empresariado e o governo britânicos controlaram em conjunto desde o momento de sua formação, durante e imediatamente após as Guerras Napoleônicas, até o momento de sua desarticulação, durante e imediatamente após a Primeira Guerra Mundial. [...] a auto-expansão do capital britânico sempre esteve inserida num processo de formação do mercado mundial, de

⁵ Importante destacar o processo de independência de algumas dessas colônias: Estados Unidos, em 1776; Argentina, em 1816; Chile, em 1818; Venezuela, em 1819; Colômbia, em 1819; México, em 1821; Brasil, em 1822.

modo que todos os segmentos mais importantes desse capital passaram a depender de suprimentos e/ou mercados compradores estrangeiros e coloniais. [...] Controle não é uma palavra forte demais para designar a relação da Grã-Bretanha com o mercado mundial no século XIX. De fato, se entendermos por mercado o lugar onde a procura e a oferta se encontram, a Grã-Bretanha *era* o mercado mundial, já que suas instituições governamentais e empresariais eram as principais intermediárias entre produtores e consumidores do mundo. (Arrighi, 1996, p. 298).

O mercado mundial se organizava de acordo com a intensificação das relações comerciais entre Grã-Bretanha e os demais países, produzindo um mercado consumidor externo para os bens manufaturados e capitais ingleses. Como destaca Hobsbawn (2009), a configuração da formação do mercado externo inglês esteve em grande medida atrelado ao monopólio da industrialização e das relações com o mundo ultramarino subdesenvolvido, entre 1780 e 1815, período de intensificação dessas relações. O mercado externo inglês também se beneficiou da possibilidade da conquista de mercados para exportação e a destruição da concorrência, estabelecendo um monopólio através de guerras, revoluções locais, domínio imperial, como ocorreu na Índia⁶.

Nesse contexto estão inseridas as principais relações que darão base para uma configuração da formação de um mercado mundial das commodities pautado em grande medida em uma especialização produtiva em que áreas como as antigas colônias de exploração inseriram-se como fornecedoras de bens primários e consumidoras de bens manufaturados das economias centrais. Para Landes:

as importações europeias de alimentos e matérias-primas das partes menos desenvolvidas do mundo aumentaram em quantidade e mudaram de composição - muito mais lentamente, no entanto, do que se poderia pensar. O antigo padrão de autossuficiência europeia essencial na alimentação prevaleceu na metade do século [XIX]. As principais importações continuaram sendo as chamadas mercadorias coloniais: açúcar, chá e café em particular; também cacau e especiarias. O consumo de açúcar aumentou de forma constante, assumindo, no mínimo, um lugar de maior importância nas dietas dos pobres que nos dos ricos. Aqueles que podiam pagar, comiam açúcar branco refinado; aqueles que não podiam, comeram melado (Landes, 1980, p. 306, tradução nossa).

Radetzki (2008) destaca que a redução dos custos de transportes resultante de inovações como aplicação da energia a vapor a partir de meados do século XIX foi determinante para expansão do comércio mundial das commodities. A partir dessa redução houve uma expansão em volume nesse comércio. “Um grande grupo de matérias-primas produzidas a distâncias crescentes da costa em

⁶ “As Índias Orientais haviam sido, [...], o exportador tradicional de tecidos de algodão, encorajada pela Companhia das Índias Orientais. Mas como o interesse industrial estabelecido prevaleceu na Grã-Bretanha, os interesses mercantis da Índia Oriental [...] foram empurrados para trás. A Índia foi sistematicamente desindustrializada e passou de exportador a mercado para os produtos de algodão da região de Lancashire: em 1820 o subcontinente adquiriu somente 11 milhões de jardas; mas, por volta de 1840 já adquiriu 145 milhões” (HOBSBAWN, 2018, p. 69).

territórios ultramarinos tornou-se economicamente acessível aos centros industriais do mundo pois o transporte terrestre por tração animal foi sendo transferido para ferrovias e navios a vapor de metal substituindo os veleiros de madeira” (Radetzki, 2008, p. 12, tradução nossa). Também, o desenvolvimento de técnicas de conservação de alimentos foram fundamentais para impulsionar o comércio mundial desses bens a partir de fins do século XIX.

Décadas de experimentos foram concretizadas em 1877, quando um engenheiro francês chamado Charles Tellier instalou equipamentos de refrigeração em dois navios e os enviou de Buenos Aires para Rouen: eles chegaram com algum desgaste, mas com a carga praticamente intacta. Três anos depois, um navio frigorífico chegou a Londres com quarenta toneladas de carne bovina australiana. [...] A nova técnica logo encontrou muitas outras aplicações - no transporte de frutas da América Latina e da África, por exemplo. (Landes, 1980, p. 310, tradução nossa).

De acordo com Topik (2003 apud Frederico, 2013) o café foi a primeira commodity agrícola mundial com base na revolução dos transportes e na invenção do telégrafo⁷. De acordo com esse autor, a instalação do primeiro cabo submarino entre Nova York, Londres e América do Sul, em 1874, teria revolucionado o mercado internacional do café, padronizando informações em relação aos preços, oferta e demanda. Portanto, a padronização e a capacidade de troca dessas informações padronizadas aparecem como essenciais para a criação dos mercados das commodities.

Ainda considerando o caso do café, de acordo com Frederico (2013) a ação decisiva para essa padronização, *commoditização* do café, teria ocorrido a partir de 1882, com a criação *Coffee Exchange in the City of New York* (CENY), a Bolsa de Café de Nova York. A criação da CENY “normatizou o comércio internacional de café, ao padronizar e classificar o café em diferentes tipos, favorecendo a permutabilidade dos fornecedores e definindo a qualidade necessária para uma economia de produção e consumo em massa” (Frederico, 2013, p. 101).

No que diz respeito ao desenvolvimento do comércio mundial das commodities minerais energéticos, no setor de petróleo o crescimento da indústria se dá após a abertura do campo da Pensilvânia em 1859 (a produção passou de dois mil para mais de quatro milhões de barris em uma década) (Landes, 1980). Na década de 1860, quase toda a oferta comercial mundial origina-se da Pensilvânia, mesmo que essa produção tenha se espalhado pelo mundo em fins do século XIX: Rússia, em 1870; Galícia, em 1878; Romênia, em 1880; Sumatra, em 1883; Java, em 1886, Burma, em 1890; Bornéu, em 1896; Texas, 1898 (Landes, 1980).

Data-se de 1859 o marco inicial do uso sistemático do petróleo, a partir da perfuração do primeiro poço de petróleo, o qual ocorreu no estado da Pensilvânia, Estados Unidos, a partir da

⁷ A patente do telégrafo foi realizada no ano de 1837, tornando-se o principal sistema de comunicação a longa distância até o começo do século XX.

iniciativa do coronel Edwin L. Drake. Funda-se aí a primeira companhia petrolífera do mundo, a *Pennsylvania Rock Oil Company of New York* (Lustosa, 2002). A indústria moderna do petróleo teve início com o surgimento da *Standard Oil Company*, cujo principal fundador foi John D. Rockefeller, em 1870 e, a partir disso, Rockefeller junto à *Standard Oil*, dominou o mercado americano e mundial de petróleo, até aproximadamente 1909.

A partir da substituição do carvão como fonte energética pelos derivados do petróleo, estabeleceu-se uma dependência na indústria mundial nos transportes em geral no uso desse bem. Não apenas como fonte de energia, surge a partir dos anos 1930, a indústria petroquímica, implicando no uso do petróleo não apenas como fonte de energia, mas, como insumo para diversos setores industriais.

O carvão mineral durante a I Revolução Industrial, foi a principal fonte de energia. Essa predominância perdura até aproximadamente fins do século XIX, quando passa a ser substituído, parcialmente, pelo petróleo. De acordo com Hobsbawm (2018) “em 1800, a Grã-Bretanha deve ter produzido perto de 10 milhões de toneladas de carvão, ou cerca de 90% da produção mundial. Seu competidor mais próximo, a França, produziu menos de um milhão” (p. 82). No que diz respeito, assim, à produção mundial de carvão, nesse período a região central era responsável pelo atendimento do seu respectivo consumo e do restante do mundo (Landes, 1980).

2 O desenvolvimento da regulação e proteção nos mercados das commodities

Podemos destacar três movimentos importantes envolvendo algum tipo de intervencionismo nos mercados das commodities que intensificam-se no pós II Guerra Mundial: a regulamentação a partir dos acordos interestatais para regulação dos preços das commodities (Maizels, 2003; Swaray, 2007; Radetzki, 2008); expansão da adoção de políticas protecionistas nos mercados agrícolas (Friedmann, 1995; Carvalho, 2016; Friedmann e Mcmichael, 1989); protecionismo via aplicação de tarifas escalonadas pelos países desenvolvidos às importações de commodities processadas (Mendive, 1978; Radetzki, 2008).

2.1 Os acordos interestatais

No início do pós II Guerra Mundial, a política comercial baseava-se essencialmente nos princípios do livre mercado e na não-discriminação, conforme estabelecido em 1948 na Carta de Havana (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Trabalho). A Carta reconheceu que o comércio de alguns produtos básicos poderia ser afetado por “dificuldades especiais” e aprovou o uso de acordos internacionais de commodities (*International Commodity Agreements - ICAs*) para

prevenir ou aliviar tais dificuldades (Maizels, 2003).

Destaca-se que alguns acordos interestatais já haviam sido firmados antes da II Guerra Mundial voltados para o controle dos preços do açúcar, do trigo, do chá, da borracha natural e do estanho, com o objetivo de manutenção ou garantia de preços mínimos (Malhotra et. al., 2004; Radetzki, 2008). Entre 1945-64, teriam sido firmados acordos com o mesmo objetivo, somente para o trigo, açúcar, estanho e o café. Durante os anos 1950 várias alianças foram realizadas por países dependentes de commodities não-petrolíferas, como uma tentativa estratégica de controlar o mercado internacional de commodities (Swaray, 2007).

As primeiras negociações, nesse contexto, resultaram no Acordo Internacional do Açúcar (*International Sugar Agreement - ISA*) e no Acordo Internacional de Estanho (*International Tin Agreement - ITA*), sob a égide das Nações Unidas em 1954. A partir de então, países produtores e importadores de produtos primários assinaram mais três acordos que envolviam: café em 1962, cacau em 1972 e da borracha natural em 1980. Esses acordos tinham por objetivo a tentativa de evitar o problema da queda dos termos de troca e volatilidade dos preços, administrando a oferta através de financiamento de estoques reguladores através da criação de um Fundo Comum, e controles de exportação baseados em cotas pré-determinadas atribuídas a cada país produtor (Swaray, 2007; Nissanke, 2010).

O Fundo Comum financiaria ambos os fundos de estabilização de ICAs individuais (fundos para a compra de estoques reguladores ou superávits), bem como a compensação de ganhos de exportação. No entanto, o Fundo Comum não se tornou uma realidade. Os Estados Unidos recusaram-se constantemente a participar e vários outros países desenvolvidos (embora concordassem, em princípio, com a ideia) não conseguiram ratificar o Acordo para criação do mesmo (Trebilcock e Howse, 1999).

De acordo com Frederico (2013) os acordos eram firmados entre agências estatais dos países produtores e importadores. Considerando o caso do café, uma das principais commodities negociadas nesse período, esse autor apresenta que:

as agências estatais de regulação da cafeicultura dos países produtores - como o Instituto Brasileiro do Café e a Federación Nacional de Cafeteros da Colômbia, apenas para citar duas entre as mais importantes -, garantiam preços mínimos, formavam estoques reguladores, subsidiavam a compra de insumos químicos, realizavam empréstimos a baixos custos aos produtores, desenvolviam pesquisas e extensão rural, regulavam os preços do mercado interno do café torrado e moído e promoviam a imagem do café, principalmente no caso da agência colombiana. (Frederico, 2013, p. 103)

No processo de regulamentação do mercado das commodities vale destacar a proposta

apresentada por Keynes⁸, como um dos pilares da sua proposta geral, durante a conferência de Bretton Woods em 1944. De acordo com Raffer e Singer (2001), a preocupação de Keynes com a regulação do mercado internacional de commodities já aparecia em seu artigo "A política de armazenamento governamental de alimentos e matérias-primas" de 1938. Em sua proposta em Bretton Woods, Keynes propunha também uma organização internacional para estabilizar os preços das commodities primárias de aproximadamente trinta commodities incluindo ouro e petróleo. O objetivo era impedir um possível colapso dos preços das commodities através do controle dos seus preços.

Embora essa proposta original não tenha se concretizado dado a forte oposição do governo dos Estados Unidos na época, os acordos internacionais de commodities (ICAs) foram estabelecidos e resultaram em várias negociações que culminaram no Programa Integrado de Commodities adotado na Resolução de Nairóbi da UNCTAD, em 1976 (Nissanke, 2010). O objetivo desse programa era fortalecer o setor de commodities das economias em desenvolvimento a partir de acordos para a estabilização de preços em uma série de commodities tentando evitar flutuações de preços.

Entretanto, no contexto de um movimento de desregulamentação dos mercados que passa a caracterizar as economias a partir dos anos 1970, consubstanciado nas ideias neoliberais, os ICAs passam por um processo de desestruturação/extinção (Maizels, 2003; Carneiro, 2012). Essa desregulamentação estava ancorada em um movimento maior de mudanças que se encontravam em curso como orientação das políticas de Estado após os anos 1970: a adoção dos pressupostos neoliberais em "todas" as esferas da economia. Assim como a fase de implementação dos ICAs também era resultante de um movimento maior na condução das políticas econômicas, nesse caso as ideias keynesianas, a desregulamentação dos ICAs não será algo isolado da dinâmica econômico-político mundial.

No entanto, a tentativa de regulamentação interestatal não se esgota completamente com o fim dos ICAs, dado que, outras tentativas de negociações interestatais foram estabelecidas, mas em grande medida para tentar "solucionar" conflitos dados as práticas protecionistas que foram intensificando-se nas economias desenvolvidas, em seus setores de produção de commodities.

Uma das instituições previstas a serem criadas a partir da Conferência de Bretton Woods seria a Organização Internacional do Comércio com o objetivo de supervisionar um novo regime multilateral de comércio mundial liberal, o que não aconteceu (Trebilcock e Howse, 1999). Estabeleceu-se assim, em 1947, um acordo provisório entre os vinte e três principais países comerciais do mundo o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), como uma tentativa de estabelecer os critérios para um comércio internacional sem práticas protecionistas. No que diz

⁸ John Maynard Keynes (1883-1946), economista britânico, cuja principal obra foi "A teoria geral do emprego, do juro e da moeda", publicada em 1936.

respeito ao setor agrícola, somente na Rodada do Uruguai, rodada de negociações que durou entre 1986 e 1993, levou-se em consideração o tratamento para esse setor.

Também vale destacar a Rodada de Doha, a qual teve início em 2001 no Catar e tinha como objetivo ampliar o acesso das economias em desenvolvimento, exportadoras de commodities, aos mercados das economias desenvolvidas. Essa Rodada de negociações, também chamada de Rodada do Desenvolvimento, tinha uma previsão de negociações para três anos, mas foi um fracasso em relação ao objetivo inicial. Os principais temas em negociação envolviam agricultura; acesso a mercados para bens não-agrícolas (NAMA); regras sobre aplicação de direitos *antidumping*, subsídios e medidas compensatórias; comércio e meio ambiente; facilitação do comércio e alguns aspectos de propriedade intelectual; além de uma discussão para pensar estratégias especiais e diferenciadas a favor de países em desenvolvimento.

No entanto, as práticas protecionistas impostas por economias desenvolvidas em seus mercados importadores permanecem ainda hoje como um dos principais dilemas das negociações internacionais de livre-comércio. No que diz respeito ao setor primário as distorções se dão em grande medida no setor agrícola, e, quando se contrapõe as commodities primárias e as processadas, observa-se que as economias desenvolvidas impõem tarifas escalonadas de modo a inibir as importações das commodities processadas em seus mercados.

2.2 O protecionismo nos mercados agrícolas

Além de um processo de regulamentação interestatal intensificou-se também um processo de protecionismo nacional de um dos principais setores das commodities, o setor agrícola. Os ICAs tinham a proposta em tentar estabelecer o controle dos preços das commodities a partir de acordos interestatais entre produtores e importadores enquanto o protecionismo interno caminhava no sentido de fortalecer o setor primário doméstico. Ou seja, os ICAs apresentavam na aparência uma tentativa de articular os interesses de países produtores e importadores enquanto as medidas protecionistas claramente estabelecem barreiras que podem gerar atritos entre países produtores e importadores das commodities.

A economia americana foi se constituindo um dos principais centros produtores das commodities agrícolas em especial pelo avanço da integração do setor agrícola com o setor industrial a partir de fins do século XIX. Ainda, foi também se constituindo em um dos maiores produtores de grãos e principal origem das importações de grãos pelos países europeus até aproximadamente os anos 1960-70. Conforme Goldfarb (2013) os excedentes da produção americana tinham como principal mercado de destino a Europa e, no contexto do pós II Guerra Mundial, iriam abastecer

através de assistência alimentícia à Europa em reconstrução, o Japão e depois ao chamado naquele momento de Terceiro Mundo. A problemática desses excedentes se dá principalmente pelo contexto da política protecionista via controles de importações e subsídios às exportações, implementados na economia americana.

Os programas agrícolas do New Deal dos anos 1930 foram mantidos após a Primeira Guerra Mundial, apesar da ampla conscientização do problema dos excedentes. As práticas mercantis tinham de ser usadas para eliminar os excedentes e evitar uma inundação de importações para os Estados Unidos. Como potência econômica dominante após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos insistiram em regras internacionais consistentes com seus próprios programas nacionais de apoio a fazendas. Essas regras finalmente permitiram que os Estados Unidos criassem uma preponderância esmagadora na produção e no comércio agroalimentar mundial, muito além de sua participação histórica. (Friedmann, 1995, p. 514, tradução nossa).

As políticas protecionistas irão estruturar uma dinâmica de produção e de participação dessa produção do mercado mundial como será o caso do protecionismo implementado em especial nas economias desenvolvidas sendo que “entre os países desenvolvidos, os aumentos na proteção agrícola foram muito maiores no Japão, com taxas médias de proteção nominal aumentando de 17,5% em 1955 para 83,5% em 1980” (Balassa, 1991, p. 155, tradução nossa).

De acordo com Friedmann (1995), em relação ao setor agrícola, no período de 1947-72, estabeleceu-se um padrão de regulamentação intensamente nacional voltado para proteção agrícola como uma resposta ao protecionismo que se desenvolvia no mercado interno americano. Conforme esse autor apresenta: “as restrições comerciais dos EUA, destinadas a proteger os programas agrícolas nacionais, incentivaram outros países a se concentrarem em seus próprios setores agroalimentares nacionais. Os estados replicaram a regulamentação dos setores nacionais dos EUA, mas adaptaram as políticas aos contextos locais” (Friedmann, 1995, p. 514, tradução nossa). Na Comunidade Econômica Europeia foi institucionalizado a Política Agrícola Comum Europeia (PAC) nos anos 1960, mas, alguns instrumentos protecionistas já eram utilizados na política agrícola dos países europeus.

As políticas comerciais europeias variaram – em grande medida – com a necessidade e o desejo de proteger a agricultura, a partir de 1880, quando a mecanização do setor decorrente das inovações tecnológicas aumentou sua produtividade e as importações baratas do mercado internacional se tornaram uma constante na Europa. Quando a importância estratégica da agricultura ganhou ainda mais força no contexto das grandes guerras mundiais do século XX, as confluências de interesses configuraram-se na esteira do início do processo de integração regional da Europa e culminaram, na década de 1950, com as primeiras propostas de cooperação agrícola regional (Carvalho, 2016, p. 17).

A partir do PAC, em fins dos anos 1960, a Comunidade Europeia podia se auto abastecer na

maioria dos produtos de consumo interno e aumentava o comércio de produtos dentro da Comunidade, o que culminou em uma tensão entre EUA e Comunidade Econômica Europeia e resultaria em impactos no mercado agroalimentar mundial (Goldfarb, 2013). Conforme aponta Balassa (1991):

ao fixar os preços no mercado interno acima dos níveis do mercado mundial e ao aumentá-los mais ou menos regularmente, as políticas aplicadas não só salvaguardaram os mercados internos dos produtores da CEE [Comunidade Econômica Europeia], mas também conduziram a excedentes em diversas mercadorias. Entre 1967-71 e 1982-83, a extensão da autossuficiência no Mercado Comum aumentou de 82% para 159% para o açúcar, de 91% para 114% para a manteiga, de 100% para 109% para outros produtos lácteos, de 101% para 110% para aves, 90% a 105% para carne bovina, e atingiu 121% para o trigo. (Balassa, 1991, p. 154, tradução nossa).

O avanço na autossuficiência criaria a capacidade, tanto da redução das importações de uma gama de commodities agrícolas, como possibilitaria a participação da oferta dessa região no mercado internacional dessas commodities. “Em 1982-3, sua participação nas exportações agrícolas mundiais, excluindo o comércio intra-CEE, alcançou 19% em açúcar, 47% em manteiga, 45% em queijo, 39% em aves, 52% em ovos e 14% em carne de bovino, e 17% em trigo” (Balassa, 1991, p. 154, tradução nossa). Esse arcabouço institucional protecionista agrícola, nas economias desenvolvidas ainda hoje é objeto de discussão internacional dado a manutenção de grande parte dessa estrutura.

De acordo com Radetzki “em 2003-5, os subsídios agrícolas representaram 34% do valor das receitas agrícolas totais na EU [União Europeia] e 58% no Japão [...]. Para alguns produtos, os subsídios excedem 100%” (2008, p. 18, tradução nossa). Nas economias industrializadas houve um processo de aprofundamento de políticas protecionistas (barreiras comerciais e subsídios as exportações). Confirmando essas assertivas, para Anderson (2004 apud Radetzki, 2008, p. 48, tradução nossa) “[...] quase dois terços das distorções (e, portanto, dos ganhos potenciais) surgem de medidas para proteger a agricultura, e que quase metade do total global é devido à proteção agrícola pelo mundo desenvolvido.”

2.3 As tarifas escalonadas

A questão tarifária imposta pelas economias desenvolvidas às importações de commodities processadas se faz presente na dinâmica do mercado mundial desses produtos aproximadamente desde os anos 1970. Essas tarifas são superiores às tarifas impostas às importações das commodities primárias. Portanto, a estrutura tarifária dos países desenvolvidos é em grande medida mais restritiva às commodities já processadas, em detrimento das commodities em estado bruto (Mendive, 1978;

Hoekman, Ng e Olarreaga, 2002; Radetzki, 2008; Prates, 2007; Trebilcock e Howse, 1999). Hoekman, Ng e Olarreaga (2002) indicam, como exemplo, que os produtos alimentícios totalmente processados enfrentam tarifas muito superiores aos bens produzidos nessa cadeia em etapas anteriores.

De acordo com Radetzki (2008, p. 53, tradução nossa), acerca de um tipo de política protecionista, amplamente aplicada a todas as mercadorias, “trata-se de uma escalada tarifária ao longo da cadeia de processamento do material bruto para o produto acabado, e sua finalidade precisa é garantir a localização do processamento de mercadorias no país que importa o material bruto”. Para exemplificar o autor apresenta que “if processing increases the value of the product from \$80 to \$100, and if the nominal tariff is 10% on the crude material but 20% on the processed product, then the effective tariff imposed on the value added created at the processing stage works out at a prohibitive 60% ($\$12 / \20)” (Radetzki, 2008, p. 54). Assim, tarifas diferenciadas para matérias-primas, produtos semiacabados e bens finais levam à chamada escalada tarifária, que pode ter a virtude de tornar a taxa efetiva de proteção dos fatores de produção, às vezes, superior à taxa nominal.

Prates (2007) destaca que essas políticas protecionistas têm dois pilares: “tarifas escalonadas, crescentes com o grau de processamento dos bens, que desestimulam o processamento das commodities pelos países periféricos; e subsídios agrícolas que, ao estimularem a manutenção ou aumento da produção, deprimem os preços mundiais dos produtos” (p. 328).

De acordo com Trebilcock e Howse (1999) a escalada tarifária denota uma tendência dos países desenvolvidos de impor tarifas muito baixas sobre as importações de matérias-primas e tarifas muito mais altas sobre produtos processados ou acabados que são feitos a partir dessas matérias-primas. Essa prática tornaria “muito mais fácil” para os países em desenvolvimento exportarem matérias-primas em estado não processado e muito mais difícil exportar produtos que tenham um componente significativo de valor agregado.

O efeito de escalonamento ocorre porque, enquanto os produtores dos produtos processados ou acabados dos países desenvolvidos têm acesso às matérias-primas quase ao mesmo preço que os produtores dos países em desenvolvimento (devido às baixas tarifas sobre as matérias-primas), eles também têm um mercado protegido contra os produtores dos países em desenvolvimento, em virtude da significativa tarifa imposta aos produtos processados ou acabados em questão.

3 Ciclos de preços das commodities

As oscilações de preços no mercado de commodities carrega um elemento histórico-estrutural: as tendências cíclicas. Assim, não é possível falar do mercado das commodities, sem tratar minimamente esses ciclos, pois, de algum modo eles irão impactar no comportamento desse mercado.

Os principais ciclos de preços das commodities podem ser agrupados da seguinte forma: 1) 1894-1932, com pico de preços em 1917; 2) 1932-1971, com pico de preços em 1951; 3) 1971-1999, com pico de preços em 1973; 4) 2002-2012 (Erten e Ocampo, 2012; Radetzki, 2008; Unctad, 2013). Nos deteremos aqui ao período pós anos 1970.

O ciclo de expansão dos anos 1970 é marcado pelo crescimento dos preços das commodities tanto petrolíferas, quanto não-petrolíferas, atingindo nível mais alto em 1974, acompanhado do primeiro choque de preços do petróleo. De acordo com Cooper e Lawrence (1975), mesmo deixando de lado o petróleo como um caso especial, os preços das commodities primárias mais que dobraram entre meados de 1972 e meados de 1974, enquanto os preços de algumas commodities individuais, como açúcar e ureia (fertilizantes nitrogenados), subiram mais de cinco vezes. “A crise alimentar do início dos anos 70, combinada com crises simultâneas de moeda e petróleo, iniciou um período de instabilidade [...]. A sensação de crise no início dos anos 70 resultou da mudança repentina e inesperada do excedente para a escassez, que elevou os preços dos grãos” (Friedmann, 1995, p. 513, tradução nossa). No mesmo sentido:

os anos 70 foram uma década de sucessivos "choques" nos mercados mundiais de commodities. Começou com um aumento acentuado dos preços do petróleo em 1973-1974, que provocou temores de um aumento mais generalizado dos preços das commodities, enquanto uma sucessão de escassez de algumas commodities (por exemplo, açúcar e café) em anos específicos resultou em oscilações de preços excepcionalmente grandes. Durante essa década, a tendência dos preços reais das commodities subiu levemente (Maizels, 2000, p. 2, tradução nossa).

No entanto, os preços das commodities entre os anos 1980-2002, apresentam tendência decrescente. De acordo com Unctad (2013), durante o período 1980-2000, os preços das commodities exibiram alguma volatilidade, com picos temporários em 1988 e 1997, mas no geral eles caíram. De acordo com Maizels (2003), no final da década de 1980, a queda dos preços das commodities foi mais severa e consideravelmente mais prolongada do que a que ocorre durante a Grande Depressão.

As transformações que se dão na estrutura do capitalismo nos 1980, relacionadas às medidas de tentativa de retomada do crescimento, pelas economias desenvolvidas e, em especial, pelas medidas dos Estados Unidos em recuperar sua centralidade econômica mundial, tem relação com a queda de preços dos anos 1980, mesmo diante da recuperação de uma parte da economia mundial, a partir dos anos 1980.

Para Maizels (2003), a causa imediata da queda dos preços das commodities no início dos anos 1980 reside na imposição de políticas monetárias restritivas nos principais países industrializados, a fim de reduzir as pressões inflacionárias. Isso resultou em uma desaceleração acentuada em suas taxas de crescimento econômico e em uma forte contração do crescimento da demanda por commodities

primárias. A segunda razão, para esse autor, seria que, nesse contexto, houve um aumento do volume de exportações de commodities dos países em desenvolvimento, em cerca de 40,0%, de 1980 a 1990.

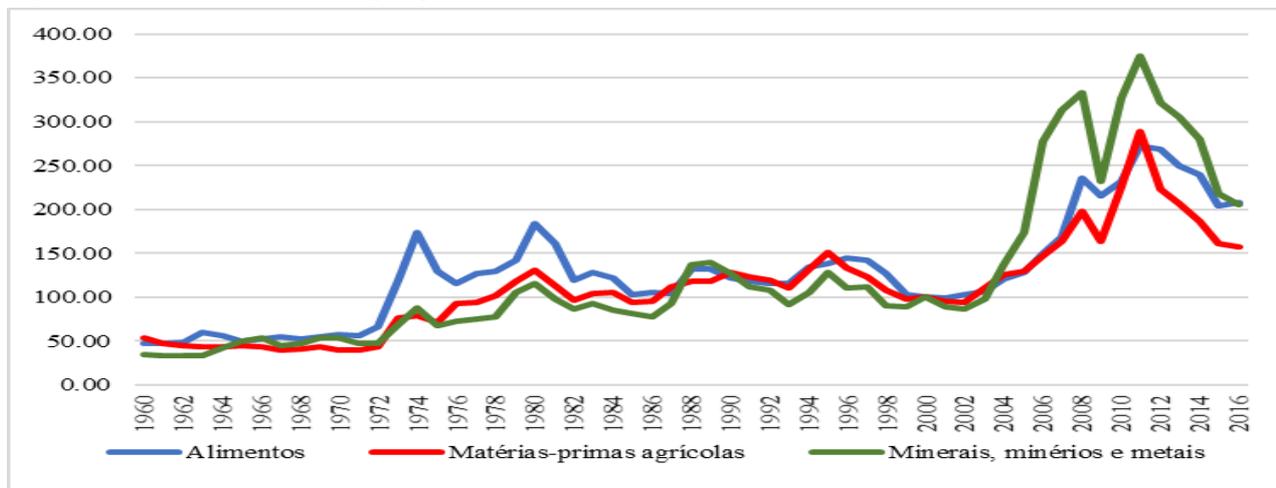
Nesse período, Radetzki (2008) ainda destaca um movimento no consumo mundial de commodities, caracterizado como uma desmaterialização, ou seja, uma redução do uso de matérias-primas nos processos produtivos nas economias industrializadas. Isso teria sido um elemento importante para a queda dos preços de commodities agrícolas (1974-2002) e das commodities combustíveis (1981-1998), uma vez que a demanda teria reduzido durante esse processo de desmaterialização. De acordo com Maizels (2003), para muitas commodities houve substanciais substituições de materiais sintéticos nas décadas 1980-2000, enquanto uma mudança de indústrias tradicionais “pesadas”, como ferro e aço, também limitou a taxa de expansão da demanda por matérias-primas naturais.

Nesse mesmo sentido, Prates (2007) também destaca que um dos elementos para redução dos preços mundiais das commodities nos anos 1980, se deve a uma mudança no padrão industrial e tecnológico, que teria como um dos impactos, a menor intensidade na utilização desses tipos de insumos. Para essa autora “do lado da demanda, esses avanços possibilitaram o desenvolvimento de materiais sintéticos, cuja difusão deprimiu a utilização, pela indústria, de commodities agrícolas (especialmente algodão, lã e borracha) e metálicas (também afetadas pelos aperfeiçoamentos nas técnicas de reciclagem)” (Prates, 2007, p. 325).

De acordo com Friedmann e McMichael (1989, p. 109, tradução nossa) “o consumo per capita de açúcar dos EUA diminuiu em um terço entre 1970 e 1983. A diferença foi compensada em parte por adoçantes artificiais, consumidos diretamente e em alimentos e bebidas manufaturados, mas principalmente por açúcares produzidos a partir de grãos, agora principalmente milho de alta frutose”.

O ciclo de preços das commodities que se inicia em 2002, também denominado de *boom* das commodities, ocorre aproximadamente, após vinte e cinco anos do último ciclo de expansão, o Ciclo dos anos 1970. A partir dos anos 1980 até início dos anos 2000, os preços das commodities estiveram abaixo dos últimos registros dos anos 1970, como pode ser visto a partir do índice de preços apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Índice anual de preços das commodities, 1960-2016 (2000=100).



Fonte: Elaborado a partir de UnctadStat (2018).

De acordo com Erten e Ocampo (2012), os preços reais das commodities energéticas e dos metais mais que dobraram em cinco anos, de 2003 a 2008, enquanto o preço real das commodities alimentícias aumentou 75%. Enquanto no primeiro caso os preços atingiram um dos níveis mais altos da história, no caso da agricultura teria sido uma reversão das fortes tendências de queda experimentadas desde os anos 80.

O *boom* recente dos preços das commodities é marcado por ascensão desses preços após 2002. De acordo com Unctad (2013, p. 31, tradução nossa) “de meados de 2008 a 2009 [...], a maioria dos preços das commodities despencou quando o crescimento global desacelerou [...]. No entanto, desde então, todos os subgrupos de commodities se recuperaram fortemente: por exemplo, em 2011 os preços médios de metais, matérias-primas agrícolas e bebidas ultrapassaram as médias de 2008”.

Para Radetzki (2008), a recuperação dos preços do início dos anos 2000, das commodities agrícolas, combustíveis e metais, é, em grande medida, resultante da expansão da demanda da região asiática, em especial da China e da Índia, como grandes consumidoras de commodities. Para esse autor, mesmo que tenha ocorrido um processo de desmaterialização, os processos produtivos não podem prescindir do uso de matérias-primas em sua totalidade.

Para Erten e Ocampo (2012), o recente aumento dos preços das commodities do início do século XXI tem sido comumente atribuído ao forte desempenho do crescimento global das economias dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), particularmente da China, pois seus processos produtivos são intensivos em metal e energia. Prates (2007) compreende que seriam dois os principais determinantes comuns à alta dos preços das commodities, do pós-2003, quais sejam: condições macroeconômicas globais e o efeito-China.

Como apresenta Unctad (2013), uma característica particular desse *boom* pós anos 2000, em relação aos ciclos anteriores, é a crescente presença de investidores financeiros nos mercados futuros

de commodities, com investimentos em fundos fortemente concentrados no lado da compra e, esse influxo substancial de capital seria responsável pela origem das bolhas de preços futuros. Isso alteraria, por sua vez, os preços *spot*⁹, alterando, portanto, as expectativas de aumento dos preços. Carneiro (2012) destaca que:

De um ponto de vista mais geral, para os anos recentes pode-se postular uma aproximação entre a determinação dos preços das commodities e a dos outros ativos financeiros, obviamente com algumas especificidades para as primeiras. A semelhança residiria na importância dos mercados futuros na determinação dos preços exatamente por terem o atributo da maior liquidez. Uma vez determinados os preços futuros, os preços à vista se determinariam por arbitragem. A diferença com os mercados financeiros residiria na existência de um mercado à vista no qual se transacionam bens físicos e não apenas valores. (Carneiro, 2012, p. 24).

Para Radetzki (2008), a expansão dos preços das commodities primárias fez com que gestores de fundos de *hedge*, fundos de pensão e outras carteiras de capital passassem a investir em commodities, tanto como meio de diversificação quanto pelas expectativas de aumento da rentabilidade. Esse fenômeno contribuiu, de acordo com esse autor, como um incentivo para ampliação ainda mais expressiva na elevação dos preços das commodities.

Os mercados futuros das commodities não são uma invenção do mercado financeiro contemporâneo, pois, como já foi apresentado, esses mercados surgiram a partir de meados do século XIX. A principal justificativa para criação desses mercados seria a necessidade de estabelecer algum mecanismo capaz de reduzir as oscilações de preços que as commodities apresentavam. Mas em grande medida é a partir dos anos 1970-80 que esses mercados se colocam em evidência não apenas como um instrumento para redução das oscilações dos preços das commodities, mas, como mais um dos espaços de acumulação na lógica rentista. Nesse sentido que os preços das commodities passarão a ser influenciados também pelas relações que estão se dando na lógica financeira.

De acordo com Goldfarb (2013, p. 95) “em 2007, o movimento do mercado de futuros no mundo superou em muito as safras mundiais. Isto é, havia mais produtos agrícolas nos contratos do que na realidade. O aumento dos preços dos alimentos observados até meados de 2008 se explica, em grande parte, por isso”. Conforme Frederico (2013, p. 110) “os especuladores atuam no mercado futuro desde o seu início, no final do século XIX, porém, a sua ação tornou-se muito mais expressiva a partir do último quartel do século XX, com a criação dos fundos de commodity e do mercado de opções”.

⁹ Mercado *spot* é o tipo de mercado em que as transações com entrega imediata da mercadoria e o pagamento é feito à vista. Esse mercado é distinto, portanto, dos mercados futuro e a termo, nos quais os pagamentos são efetuados em prazos que podem variar, de acordo com os contratos de negociação.

4 Reflexões com base na perspectiva teórica cepalina

No estágio de desenvolvimento das economias neste século XXI, a industrialização das suas estruturas produtivas é fenômeno em grande medida consolidado. No entanto, o processo de formação dessas estruturas industriais não foi concomitante, tão pouco homogêneo em grau de desenvolvimento tecnológico, e as disparidades resultaram em uma estrutura industrial mundial heterogênea. Assim, mesmo que algumas economias, como as da América Latina, tenham passado por um processo de industrialização (em especial no período 1930-80), isso não foi capaz de igualar as estruturas industriais. Tão pouco isso ocorre a partir do movimento de indução da liberalização e desregulamentação dos mercados, paralelo a redução da participação dos Estados Nacionais em projetos de desenvolvimento, após os anos 1990, fundamentado nas medidas propostas pelo Consenso Washington¹⁰.

O padrão de inserção de uma economia pelo lado das exportações e/ou das importações, pode resultar em uma série de distorções internas e, portanto os efeitos da inserção não podem ser reduzidos à captação de rendas externas – exportações – ou composição de mercado consumidor – importações.

A escola cepalina ao se ocupar da interpretação da problemática do subdesenvolvimento, entre as décadas de 1950 e 1980, encontrou para o período em estudo uma relação da constituição da região central e da região periférica mundial a partir da forma de inserção dessas regiões na divisão internacional do trabalho, que refletia as suas estruturas internas de determinação do crescimento econômico.

De acordo com a interpretação Centro-Periferia, os países periféricos eram dependentes do crescimento econômico externo, devido à dependência que a renda nacional apresentava em relação as exportações de commodities primárias, e os países centrais eram especializados na produção e exportação de bens industrializados. Os resultados da análise indicaram que essas relações se tornavam um agravante para a condição de periferia e “alimentava” o crescimento industrial no Centro. Um dos principais argumentos que dão base para construção da problemática entre desenvolvimento e inserção externa baseada em uma especialização na produção primária, na interpretação cepalina, está ancorado na hipótese Prebisch-Singer.

Singer e Prebisch, nos anos 1950, elaboram, em separado, uma análise, que ficou conhecida

¹⁰ Foi formulado em 1989 como um documento consensual de economistas de instituições como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, com o objetivo de indicar medidas de ajustamento macroeconômico a serem adotadas, em especial, pelos países periféricos que passavam por crises econômicas naquele momento. Ao passo que essas economias precisaram recorrer a empréstimos do FMI no contexto da *crise da dívida externa*, esse receituário tornou-se um movimento concreto de imposição dessa instituição das medidas entendidas como necessárias à esse ajustamento.

na literatura como a hipótese de Prebisch-Singer. A análise de Prebisch se centrou na relação entre os termos de troca da economia inglesa com o mundo, nos anos 1876 e 1947, considerando os bens primários e bens manufaturados, identifica que havia uma tendência de deterioração nos preços das importações em relação aos preços das exportações, sendo que, essas importações eram representadas pelos bens primários e, as exportações, pelos bens industrializados.

Na interpretação de Singer, em 1950, a deterioração dos termos de troca tem uma relação com a demanda inelástica por bens primários. Em face de um contexto de avanço da incorporação de progresso técnico na indústria, superior à incorporação na produção de bens primários, os preços dos bens industrializados aumentariam relativamente aos preços dos bens primários. Isso ocorreria porque a demanda por bens industrializados aumenta conforme ocorre a expansão da renda, mas, a de bens primários não, conforme a Lei de Engel¹¹. “As relações de preços deslocam-se em favor dos produtos primários, nas fases crescentes; mas, em geral, nas fases decrescentes, perdem mais do que tinham ganhado durante o curso das primeiras” (CEPAL, 1949, p. 157).

Singer (1999) aponta que vários são os estudos que procuram, e procuraram, testar a hipótese da deterioração dos termos de trocas e, a maioria deles, tem identificado essa deterioração, ou pelo menos não a tem refutado. Nesse trabalho Singer realiza uma extensão da hipótese Prebisch-Singer, partindo da compreensão da evolução que as economias subdesenvolvidas passaram em suas estruturas industriais. Esse autor faz isso no sentido de testar a referida Hipótese, mas, ressalta que a análise deva ser ampliada para uma relação entre produtos de alta e de baixa tecnologia, ou produtos padronizados e produtos inovadores, dado a transformação das estruturas produtivas.

Neste sentido, contribuição de Aníbal Pinto (1970) se deu a partir da discussão sobre a repartição do progresso técnico em escala internacional, destacando a “heterogeneidade estrutural” aplicada às economias subdesenvolvidas. Para o autor, nesses países o progresso técnico acentuou, em maior ou menor grau, as diferenças intersetoriais dos ganhos de produtividade derivados da modernização. Esse processo pode, “em alguns casos, não significar uma piora absoluta da situação dos “marginalizados”, mas que quase sempre implicará um distanciamento das situações relativas” (Aníbal Pinto, 1970, p. 578).

As estruturas produtivas são hoje muito distintas, como apontou Singer (1999), do que seria a “periferia clássica”. No entanto, considerando o aspecto do padrão de participação das economias no mercado mundial de commodities, as economias em desenvolvimento ainda apresentam uma grande dependência de suas receitas de exportação a partir das exportações de commodities e, em alguns

¹¹ Interpretação formulada pelo estatístico alemão Ernst Engel (1821-1896). Esse autor indica que quanto menor o rendimento de uma família, maior será a proporção da renda empregada no consumo com alimentação, mas, ao passo que a renda aumenta, o gasto proporcional com alimentos diminui.

casos, a composição da renda interna (valor adicionado) também é dependente desse setor em grande medida.

De acordo com Sally e Fayre (2018) o fenômeno da concentração (acima de 40% da pauta exportadora) das exportações em commodities, mesmo que intuitivamente pareça um fenômeno particular de países menores, também ocorre em grandes países, especialmente grandes países de baixa renda. Os autores apresentam o caso da Venezuela, em que as exportações de uma única commodity representa mais de 50% da pauta exportadora; a economia de Angola, com concentração em três commodities; o caso das exportações de castanha-de-caju para a Guiné-Bissau; e, o urânio para a Eritreia.

Por oportuno, Oyejide (1989), ao analisar o comércio internacional de commodities até fins dos anos 1980, apontava que esse comércio era liderado por economias desenvolvidas, mas, eram as economias em desenvolvimento as mais dependentes delas para renda nacional, receita de exportações e emprego. Como a produção primária das commodities tem uma forte relação com as condições de disponibilidade de recursos naturais, isso limita parcialmente o acesso de algumas economias enquanto exportadoras nesse mercado, mas, não necessariamente ao âmbito do mercado das commodities processadas (Silva, 2019). Isso porque, economias importadoras de commodities primárias, podem a partir dessas importações, participar da produção mundial de commodities processadas, e assim, também das exportações mundiais dessas commodities.

O processamento doméstico das commodities primárias em economias produtoras-importadoras pode reduzir a demanda por commodities processadas e para além disso, essas economias se colocam na concorrência como exportadoras dessas commodities diante das economias produtoras-naturais que em sua maioria constituem-se em economias em desenvolvimento. Essa configuração permite iniciar alguns apontamentos como a compreensão que a decisão de avançar no processamento das commodities primárias não é uma decisão simples do ponto de vista do lado da oferta nas economias em desenvolvimento produtoras-naturais de commodities primárias.

A participação das economias desenvolvidas no mercado mundial das commodities, não apenas pelo lado da demanda, mas, pelo lado da oferta, precisa ser considerado como um dos principais elementos para compreensão do comportamento da concorrência nessa parcela do mercado mundial. Esse movimento tem uma relação com as *economias que são produtoras-naturais de commodities* e economias que seriam *produtoras-importadoras de commodities*. No primeiro caso estão os países que são grandes produtores naturais dado a disponibilidade de recursos naturais que dão base para produção primária. Nesse grupo estão economias como Brasil, Argentina, Rússia, México, Canadá, Austrália, Estados Unidos, Indonésia e a Índia (Silva, 2019). As *economias produtoras-importadoras* seriam as economias que em grande medida dependem das importações das commodities primárias

como base de produção e conseqüentemente para concorrer no cenário da oferta mundial das commodities. Nesse grupo estão economias¹² como: Japão, Alemanha, Espanha, Itália, Bélgica, Holanda e Coréia (Silva, 2019).

Assim, não se trata apenas de apresentar o comportamento das exportações e da produção das commodities, mas, de apresentar os principais elementos do ponto de vista da produção que auxiliam na compreensão da participação de algumas economias enquanto grandes exportadoras de commodities, para além da disponibilidade interna de recursos naturais para produção primária. Algumas economias produtoras-importadoras alcançam posição de destaque no ranking das exportações de commodities, em especial das processadas, com base em uma oferta do setor primário dado a partir de importações, enquanto economias produtoras-naturais que se destacam como grandes produtoras primárias podem ficar em posições abaixo desses países nesse ranking. Esse será, por exemplo, o caso da Arábia Saudita e da Alemanha nas exportações de coque refinado e produtos do petróleo.

O que se apresenta aqui de diferente como uma característica observada é que as economias desenvolvidas não participam apenas pelo lado da demanda mundial das commodities dado que muitas dessas economias participam pelo lado da oferta, e essa oferta, em alguns casos será explicada justamente pelo comportamento que essas economias estabelecem com a sua demanda através das importações de commodities.

A participação de economias produtoras-importadoras no cenário das exportações das commodities elucida um outro elemento, qual seja, o acesso a esses mercados consumidores por economias produtoras-naturais. Observa-se uma tendência de orientação para importações de commodities primárias em detrimento das importações das commodities processadas (Silva, 2019). O processamento doméstico das commodities primárias, em economias produtoras-importadoras reduz a demanda por commodities processadas, e para além disso, essas economias se colocam na concorrência como exportadoras dessas commodities diante das economias produtoras-naturais.

Alguns dos principais mecanismos que influenciam não apenas na orientação da demanda para commodities primárias, como conseqüentemente na orientação da produção desse grupo de commodities nas economias produtoras-naturais, são os mecanismos tarifários como já apontado. As economias desenvolvidas, em alguns casos, optam pelo mecanismo tarifário para reduzir as importações de commodities processadas (Silva, 2019). Para aquelas economias que dependem em algum grau das importações de commodities, em geral, as tarifas para importações das commodities primárias tendem a ser menores relativamente as tarifas para importações das commodities

¹² Importante ressaltar que nessa classificação considera-se o agregado da produção de commodities relativa ao agregado da produção de commodities das economias produtoras-naturais (ver SILVA, 2019).

processadas. Ao realizarem esse movimento de preferência por importações de commodities primárias, essas importações podem ser destinadas tanto ao processamento para atendimento do mercado doméstico como podem também, compor base de produção das commodities processadas que possam atender a demanda internacional.

Considerações Finais

A complexidade de tratar o âmbito da produção e do comércio mundial das commodities do ponto de vista de sua formação e evolução e extrair elementos que explicam características desse mercado atualmente provavelmente apresenta limitações nesse primeiro momento no avanço da apresentação de evidências e interpretações da configuração dessa estrutura, no entanto, importantes elementos foram apresentados.

Marcando essa formação a partir dos processos do comércio intercontinental entre os séculos XV e XVIII, estabeleceu-se aí as bases para a formação do mercado global de commodities. No entanto essa formação somente pode ser explicada pelos processos das trocas desiguais ancoradas nos interesses e práticas de dominação política e econômica dos estados centrais europeus do período. Esse momento marca especializações internas de produção que irão dar base para inserções no mercado mundial no início da formação do capitalismo quando muitas dessas economias tornam-se independentes, parcialmente, com o fim do sistema colonial clássico, diante de avanços industriais que se expressam inicialmente pela Inglaterra e avançam nas industrializações tardias.

Tratar da dimensão de uma formação e evolução do mercado mundial das commodities passa por compreender a análise com base na teoria cepalina que permite a compreensão do papel de trocas desiguais nas formações de estruturas produtivas nas economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Essa teoria desempenha um papel fundamental na compreensão do mercado mundial de commodities, destacando as disparidades na estrutura produtiva global com base na forma histórica de inserção das economias na divisão internacional do trabalho. A hipótese Prebisch-Singer, central nessa perspectiva, explica como a demanda inelástica por commodities primárias leva a uma deterioração nos termos de troca desses produtos em relação aos bens industrializados.

No entanto, a periferia clássica descrita por essa teoria em seus textos expoentes não apresenta a mesma estrutura produtiva daquele período dado que a maioria dessas economias passou por processos de industrialização. No entanto, mesmo que as estruturas produtivas tenham evoluído desde então, muitas economias em desenvolvimento ainda dependem fortemente das exportações de commodities para sua renda interna. E diferentemente também do que ocorria de forma mais expressiva nessas relações da periferia clássica especializada na produção interna de bens primários para exportação para mercados de economias desenvolvidas, o cenário atual tem como principais

exportadores de commodities primárias e das commodities processadas, economias desenvolvidas (Silva, 2019), no entanto, são as economias em desenvolvimento que dependem mais desse tipo de exportações para renda, receita de exportações e emprego.

A ampliação das importações de commodities primárias por parte das economias importadoras, impulsionada pelo crescimento do setor de processamento, pode estimular o aumento da produção primária nas economias produtoras-naturais. Isso gera concorrência entre essas economias e as importadoras, que também podem se tornar exportadoras de commodities processadas. No entanto, esse cenário apresenta um problema: algumas das economias importadoras são os principais destinos das exportações das produtoras-naturais.

Bibliografia

ARRIGHI, G. (1996). **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BALASSA, B. (1991). **New directions in the World economy**. Londres: Macmillan Academic and Professional Ltd, 1991.

CARNEIRO, R. de M. (2012). **Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina**. Serie Macroeconomía del desarrollo n. 117. Santiago: CEPAL, 2012. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/5349-commodities-choques-externos-crescimento-reflexoes-america-latina>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

CARVALHO, P. N. de. (2016). **A política agrícola comum da Europa: controvérsias e continuidade**. Texto para discussão n. 2258. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7345/1/td_2258.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

COOPER, R., N.; LAWRENCE, R. Z. (1975). **The 1972-75 Commodity Boom**. Brookings Papers on Economic Activity, Economic Studies Program, The Brookings Institution, vol. 6(3), pages 671-724, 1975. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/bin/bpeajo/v6y1975i1975-3p671-724.html>>. Acesso em: 22 set. 2016.

ERTEN, B.; OCAMPO, J. A. (2012). **Super-cycles of commodity prices since the mid-nineteenth century**. World Development, Elsevier, vol. 44(C), p. 14-30, 2012. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X12002926>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

FREDERICO, S. (2013). **Lógica das commodities, finanças e cafeicultura**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/91>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

FRIEDMANN, H. (1995). **The international political economy of food: a global crisis**. International Journal of Health Services. Volume 25, n. 3, p. 511-538, 1995. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.../451A-896W-GGLK-ELXT>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

FRIEDMANN, H.; McMICHAEL, P. (1989). **Agriculture and State System**. Sociologia Ruralis, v. 29, n. 2, 1989, pp. 93-117, 1989. Disponível em:

<[https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10,1111/j,1467-9523,1989.tb00360.x](https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9523.1989.tb00360.x)>. Acesso em: 24 abr. 2019.

GOLDFARB, Y. (2013). **Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o caso da Cargill**. 2013. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Pós-Graduação em Geografia Humana/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08052014-112830>. Acesso em: 21 ago. 2017.

HOBSBAWN, E. (2009). **Da revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. (2018). **A era das revoluções (1789-1848)**. 40º ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2018.

HOEKMAN, B.; NG, F.; OLARREAGA, M. (2002). **Eliminating Excessive Tariffs on Exports of Least Developed Countries**. The World Bank Economic Review, vol. 16, no. 1-21, 2002. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/17190>>. Acesso em: 10 set. 2015.

LANDES, D. S. (1980). **The 'Great Drain' and Industrialisation: Commodity Flows from Periphery to Centre in Historical Perspective**. In.: MATTHEWS, R. C. O. Economic growth and resources. Volume 2. Londres: The Macmillan Press Ltd, 1980.

LUSTOSA, M. C. J. (2002). **Meio ambiente, inovação e competitividade na Indústria brasileira: a cadeia produtiva do Petróleo**. 2002. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000680709/Details> Acesso em: 20 ago. 18.

MALHOTRA, K. et al. (2004). **Como colocar o comércio global a serviço da população**. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3095?mode=full>>. Acesso em: 21 out. 2015.

MAIZELS, A. (2003). **Economic dependence on commodities**. In.: TOYE, J. Trade and development: directions for the 21st century. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 2003.

MENDIVE, P. I. (1978). **Proteccionismo y Desarrollo: Nuevos obstáculos de los centros al comercio internacional**. Revista de La CEPAL. p. 87-166. Santiago de Chile, 2 semestre de 1978. Disponível em <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/10642>>. Acesso em: 11 out. 2018.

NISSANKE, M. (2010). **Commodity Market Structures, Evolving Governance and Policy Issues**. In.: NISSANKE, M.; MAVROTAS, G. (Editores). Commodities, Governance and Economic Development under Globalization. Palgrave Macmillan: Londres, 2010.

PRATES, D. (2007). **A alta recente dos preços das commodities**. Revista de Economia Política, vol. 27, nº 3 (107), pp. 323-344, julho-setembro/2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572007000300001&script=sci_abstract&tlng=>>. Acesso em: 11 out. 2014.

PINTO, A. (1970). **Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina**. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro:

Record, 2000. v. 2.

RADETZKI, M. (2008). **A Handbook of Primary Commodities in the Global Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

RAFFER, K.; SINGER, H. W. (2001). **The Economic North-South Divide - Six Decades of Unequal Development**. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 2001.

SILVA, L. G. **A Dinâmica da Produção e do Comércio Mundial das Commodities (1995-2015)**. 2019. Tese de Doutorado – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2019.

SWARAY, R. (2007). **How did the demise of international commodity agreements affect volatility of primary commodity prices?**, Applied Economics, volume 39, Issue 17, 2007.

Disponível em:

<<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00036840600707043?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em: 19 out. 2016.

TREBILCOCK, M. J.; HOWSE, R. (1999). **The Regulation of International Trade**. 2. Londres; Nova York: Taylor & Francis e-Library, 1999.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. (2013). **Commodities and Development report United Nations Conference on Trade and Development - Perennial problems, new challenges and evolving perspectives**. United Nations: New York; Geneva, 2013.

Disponível em: < <https://unctad.org/publication/commodities-and-development-report-2012>>.

Acesso em: fev. 2016.

UNCTADSTAT. (2018). **International trade in goods and services: Trade structure by partner, product or service-category**. 2018. Disponível em:

<<http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em: 05 jan. 2018.